

ENTREVISTA/VEREADOR MARCOS DIAS

“A CBF saiu daquele ambiente que era hostil”

Vereador do Rio fala da vida política e detalha os bastidores do caso que culminou na saída de Ednaldo Rodrigues da Confederação Brasileira de Futebol



O jornalista Ricardo Bruno (d) com o vereador Marcos Dias

Da Redação

O jornalista Ricardo Bruno recebeu, no programa Jogo do Poder, da Rede CNT, o vereador Marcos Dias (Podemos), que ganhou projeção nacional por sua atuação no processo que resultou na destituição do então presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues. Ao longo da entrevista, o parlamentar aborda os bastidores do caso, sua atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e outros temas da política. A seguir, confira a entrevista que o Correio da Manhã traz em primeira mão:

Ricardo Bruno: O Jogo do Poder tem o enorme prazer de receber nesta noite, um personagem da política do Rio de Janeiro que teve papel decisivo na destituição do ex-presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues. Ele que ocupa uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e subitamente teve essa projeção nacional por seu trabalho no legislativo. Eu me refiro ao vereador Marcos Dias, do Podemos. Boa noite, Marcos.

Marcos Dias: Boa noite, Ricardo Bruno. Boa noite a todos os telespectadores da CNT. Estar no Jogo do Poder, de fato, é uma grande oportunidade. Tô muito honrado de estar com você.

RB: O prazer é nosso em recebê-lo nesta noite aqui no Jogo do Poder, principalmente diante do fato, da relevância de seu trabalho na Câmara de Vereadores e também diante do fato de que você é pré-candidato a senador pelo Podemos. Eu quero começar a nossa conversa falando um pouco da sua história, da sua trajetória. Você é vereador em primeiro mandato, é candidato já ao Senado da República, mas eu queria que o senhor se apresentasse falando um pouco da sua história.

MD: Obrigado pela oportunidade, Ricardo, de poder falar pra essa audiência incrível que vocês têm. E a minha história na política, na política do mandato, ela vem antes com o trabalho de chão de fábrica, que eu costumei dizer. Eu fui apresentado à política muito criança ainda, aos doze anos de idade...

RB: Doze anos de idade?

MD: Doze anos. No dia que eu fiz doze anos de idade, meu irmão me pega pra fazer um passeio na cidade maravilhosa e saímos ali de Guadalupe. Sou o sexto filho, sou o caçula de uma família de seis filhos. E meu

irmão me pega pra sair com ele no dia do meu aniversário. Atravessamos a Avenida Brasil toda, Centro da Cidade, e pra mim, um garoto do subúrbio, vendo aquilo tudo, uma novidade, né? E paramos em Copacabana, de frente ao mar, e subimos num apartamento. Um apartamento de quem? Imagine quem. Aquele bom velhinho me abraça e fala assim: “Piá, você é o futuro do Brasil”. Eu tava na casa de Leonel de Moura Brizola. Aos doze anos, eu tive esse primeiro contato com a política.

E você sabe que a escola, a educação em si, tem um papel fundamental num país, num Estado. E foi com a escola municipal onde eu estudei, Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa e depois na Escola Municipal Gilberto Amado, onde nós tínhamos as caravanas que saíam em lugares importantes. E fizemos uma caravana para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Eu devia ter meus doze pra treze anos ali, e foi a primeira vez que eu estive na Câmara Municipal.

RB: Todo o seu gosto pela política, digamos, começou com essas experiências ainda na juventude, com essa troca de informação, e próximo a personalidades como Brizola, Darcy Ribeiro. Isso. Ou seja, personalidades muito inspiradoras, né?

MD: Isso, mas tem outros elementos que, que se agruparam a isso. Eu sou filho do meu pai, que hoje descansa, pastor Eraldo, e da missionária Dilma.

E a vocação que eu tenho de cuidar do próximo, eu aprendi com a minha mãe. A minha mãe sempre, desde muito criança, eu via minha mãe cuidando do próximo, com as responsabilidades de cuidar do próximo. A liderança, eu costumei dizer que eu aprendi com meu pai. Eu sou pastor. Na verdade, somos uma linhagem de pastores, né? Sou bisneto de pastor, neto de pastor, filho de pastor, irmão de pastor, pastor.

RB: Ultimamente, nos últimos anos, alguns pastores têm trazido para o altar a discussão política. Outros não, outros tratam isso em outros momentos. Como é que você vê, quer dizer, esses pastores que fazem do altar um palanque político?

MD: Esse é um tema muito sensível, um tema de muita responsabilidade. Eu entendo, Ricardo, que o altar é sagrado. O altar é um ambiente de culto, onde você adora ao Senhor, você fala da palavra de Deus, assim como a Igreja Católica, todo espaço de fé, ele precisa ser respeitado

como espaço de fé. Um líder, eu entendo que só pelo bom exemplo que ele dá, os seus liderados entendem a mensagem que ele dá.

Se é uma reunião administrativa, você pode falar de política, você pode até pedir o voto, mas quando nós estamos falando do sagrado, do altar, eu acho que nós temos que ter uma atenção maior.

RB: Vereador, o senhor é pré-candidato ao Senado, mas tem uma questão que me parece que é histórica, que já tem se repetido de maneira... uma tradição, digamos, é de a igreja eleger um senador. Tivemos Marcelo Crivella, que foi eleito senador. Tivemos também o Harold de Oliveira. O que você vê, e a julgar pela tradição, por essa história do comportamento do eleitor do Rio de Janeiro nos últimos pleitos, as suas chances são grandes, porque talvez, você seja o único candidato ao Senado vinculado diretamente a uma igreja. Como é que você analisa esse fato?

MD: De verdade, eu entendo que é legítima a minha pré-candidatura, é legítimo o pleito. E são trinta e dois a trinta e cinco por cento de fiéis hoje que se declaram evangélicos. É um segmento onde existe uma carência de homens públicos com responsabilidade, que defendam os valores que nós acreditamos e defendamos os valores com responsabilidade.

RB: Vereador, o senhor é pré-candidato pelo Podemos e o senhor está no campo do Eduardo Paes. Lá tem outros candidatos. Tem a deputada Benedita, e tem também o Pedro Paulo, que agora se lançou candidato. Como é que o senhor se coloca aí no meio dos dois? Quer dizer, o Eduardo Paes, o senhor tem conversado com ele, ele sinalizou, digamos pela manutenção da sua candidatura, ele incorpora o senhor entre os nomes da nominata, não digo da nominata, mas do grupo dele, do grupo político. Enfim, o que que o senhor pode me dizer sobre isso?

MD: É uma questão que o Rio de Janeiro tem uma história política totalmente desse jeito, né? Você vê, eu sou eleitor hoje do Bolsonaro, do Flávio Bolsonaro, eu ando o tempo todo com os ideais que acredito, mas em falar de gestão para o estado do Rio de Janeiro, eu preciso falar que Eduardo, já fui secretário do Eduardo.

O Eduardo é o camarada que fala com a gente às quatro e meia da manhã, cobrando posição, cobrando resultado. Então me agrada muito, estar ao lado do Eduardo. Tenho a

confiança de que o estado do Rio de Janeiro precisa de um líder que realmente tenha comando. O que nós vimos acontecer aí num passado recente, era de um líder que não comandava.

E um corpo com duas cabeças, como dizia meu falecido pai, um corpo com duas cabeças é um monstro. Então tem que ter alguém de posição firme para se posicionar. Então vamos falar da segurança pública, por exemplo. Eu discordo totalmente quando um parlamentar tem que indicar comandante de batalhão. A política não tem que se meter. Porque o deputado ou vereador, seja lá o que for, vai indicar o secretário de Segurança? Chefe de delegacia? Não faz sentido algum.

Mas em se tratando desse palanque plural, o Eduardo foi muito claro: “Marcos, nós temos as nossas questões fechadas quanto aos candidatos aqui, mas eu vejo com muito bons olhos a sua candidatura e segue, minha agenda tá aberta pra você, quando você quiser, na hora que você puder estar.” E mandou o recado pra base na Câmara, que são muitos vereadores, eu tenho meus colegas vereadores também, um abraço a todos vocês. Eu tenho essa facilidade de interagir. Então o Eduardo falou: “Marcos, segue firme, a sua candidatura é legítima, é importante pro processo.”

RB: E a Suprema Corte às vezes exorbita, né? Transborda e acaba, enfim, tendo comportamentos que fogem inclusive à letra fria da lei.

MD: Tem que ser tratado com muita responsabilidade. Eu não posso xingar o ministro. Pra que xingar ministro? Pra que ofender um ministro? Vamos para dentro da lei. Vamos pra Carta Magna. Cada um no seu quadrado.

RB: Vereador, o senhor teve um papel fundamental na solução para o imbróglgio do caso CBF, da gestão de Ednaldo Rodrigues. Havia muitas denúncias, digamos entidades, várias entidades e vários atores da política nacional, denunciando a situação de descontrole, a situação de absoluto caos administrativo da CBF, inclusive com várias suspeições recaindo sobre os diretores, de atitudes e condutas inadequadas, para dizer o mínimo.

O senhor fez uma denúncia sobre assédio moral dentro da instituição. Essa denúncia culminou com a queda do presidente Ednaldo Rodrigues, que foi a denúncia, inclusive, utilizada pelo ministro

Gilmar Mendes para decidir pelo afastamento do então presidente Ednaldo Rodrigues.

Conta pra gente como isso ocorreu, que denúncia foi essa e também se o senhor tinha ideia de que aquela denúncia protocolada lá na Câmara de Vereadores, na Comissão de Direitos Humanos, que o senhor presidia à época, se o senhor imaginava que essa denúncia tivesse uma consequência tão grande a ponto de provocar o afastamento do presidente da Confederação.

MD: Essa sua pergunta ela é fantástica, né? E pra vocês entenderem a importância que uma Casa Legislativa, por mais que seja simples, e não é o caso, a nossa Câmara Municipal tão empoderada que é, a qualidade das comissões. Ainda estou presidente da Comissão em Defesa dos Direitos Humanos e chegou ali à nossa ouvidoria, denúncias de assédio moral em ambiente de trabalho na Confederação Brasileira de Futebol.

Nós demos a atenção, como temos dado a todos os pedidos, a todas as denúncias que chegam, e debruçamos diante daquilo e fomos ao Ministério Público do Trabalho questionar porque o termo de ajustamento de conduta não estava sendo cumprido. Já existia um problema, já tinha sido.

RB: Já havia um TAC? Havia um termo de ajustamento de conduta?

MD: Já havia, mas não estava sendo cumprido. Quando nós fizemos o questionamento, o Ministério Público do Trabalho arquivou. Ocorre que nas oitivas, ouvindo as testemunhas, ouvindo as vítimas, nós ouvimos falar que houve falsificação de documento e também falsidade processual. Tinham coisas que estavam erradas. E nós mergulhamos em pesquisar.

Então assim, haviam denúncias, mas ninguém apurava. Então quando nós ouvimos, pegamos a consistência e o nosso quadro técnico muito qualificado mergulhou na pesquisa e contratamos uma perita e ela fez muitas laudas a respeito e constatou-se a falsificação de assinatura, só um pedacinho.

E quando eu falei isso ali na Câmara, os meus pares, eles ficaram: “Poxa, CBF? Vai mexer com isso?”. Eu falei: “Poxa, por que não? Eu tenho que defender a vida. Eu prezo por defesa da vida.” E o assédio moral é uma coisa muito grave e desdobrou nessa questão do crime.

Então fizemos uma peça, encaminhamos ao STF, que foi acatado pelo ministro Gilmar Mendes, remetido ao TJ, indicando o afastamento do senhor Ednaldo. Naquele momento, eu sofri muita pressão. Recebi até uma ligação de um escritório muito poderoso de advocacia. Né? Eu falei: “Que bom que vocês tão falando, você tá falando com o presidente da comissão. Eu vou constar em ata essa sua ligação”.

Eu sei que a ligação caiu por algum motivo. E mais outras pressões, aquela direção que estava em questão, eles fizeram força pra voltar, apelando pra voltar. E quando vieram a mim pra voltar um acordo, eu falei assim: “O acordo que eu tenho é o seguinte: até aqui, eu pedi o afastamento. Daqui pra baixo, eu vou pedir a prisão, então a coisa mais avançada”.

Então foi uma grande vitória, a Confederação Brasileira de Futebol saiu daquele ambiente que era hostil. E hoje existe harmonia naquela casa e a nossa torcida pelo nosso Canarinho que tá lá nos Estados Unidos.